



HAL
open science

A RDS Tupé, à beira do rio e da cidade

Martine Droulers, Cynthia Moreira de Carvalho Kagan

► **To cite this version:**

Martine Droulers, Cynthia Moreira de Carvalho Kagan. A RDS Tupé, à beira do rio e da cidade. François-Michel Le Tourneau; Otávio do Canto. *Amazônias brasileiras, Situações locais e evoluções*, vol. 1 Sínteses dos casos de estudo, NUMA/UFPa, pp.221-238, 2019, 978-85-88998-73-5. halshs-02354818

HAL Id: halshs-02354818

<https://shs.hal.science/halshs-02354818v1>

Submitted on 7 Nov 2019

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

A RDS TUPÉ, À BEIRA DO RIO E DA CIDADE

M. Droulers

C. Moreira de Carvalho Kagan

Desde os anos 1980, as beiras do Rio Negro tinham sido identificadas e designadas como “Áreas de Relevante Interesse Ecológico” (ARIE), devido à riqueza das florestas de terra firme e das particularidades biológicas das águas pretas do rio Negro. O lago Tupé foi, particularmente, bem estudado pelo Projeto Biotupé, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em 2006. A esse interesse científico se juntou uma preocupação ecológica de frear o desmatamento devido à expansão ocidental da cidade de Manaus. Incluindo na APA de margem esquerda do Rio Negro, a ARIE foi requalificada, em 2002, para RDS Tupé¹, o que significa que as populações instaladas podem permanecer. Essa criação foi formalizada em agosto de 2005, por meio do Decreto Municipal n° 8044, da Prefeitura de Manaus, sendo administrada pela então Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), a qual passou a se denominar em 2009, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS).

A RDS Tupé, com apenas 12.000 hectares, é como uma ilha de floresta acessível apenas pelo Rio Negro e delimitada ao leste pelo igarapé Tarumã-Mirim, ao oeste pelo igarapé Tatu e ao norte pelo igarapé Acácia. Ela representa uma pequena parcela das áreas protegidas do baixo Rio Negro, mas constitui também uma amostra do que pode acontecer na área de crescimento de uma metrópole da Amazônia. O lugar tem atrativos turísticos, como uma bela praia no período da vazante do Rio Negro e a existência de uma aldeia indígena e de

¹ “O termo tupé vem do tupi; significa tecido trançado com talas da palmeira, tendo muitas utilidades práticas. Os programas de extensão visaram entrançar os segmentos da sociedade local, sensibilizando-os e mobilizando-os, de modo a construir um tecido social que dê suporte à gestão efetiva daquela unidade de conservação” (Ellen Barbosa, UFAM).

povoados de moradores tradicionais, elementos favoráveis para novas opções de turismo: turismo verde e turismo de base comunitária.

Situação paradoxal de uma UC na periferia da metrópole

A pesquisa DURAMAZ efetuou-se na RDS Tupé em dois períodos: setembro de 2008 e novembro de 2014, com um importante apoio logístico local. Na segunda fase, beneficiou-se do apoio constante da SEMMAS² que nos levou em três das seis comunidades de São João do Tupé, Agrovila e Livramento. A equipe era composta por uma geógrafa francesa que já conhecia o campo, uma doutoranda em antropologia e de cinco estudantes de graduação em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que participaram da aplicação dos questionários. No total, 36 questionários foram preenchidos; metade em São João do Tupé e a outra metade na sede de Livramento³. Na primeira fase da pesquisa, em 2008, o apoio veio, sobretudo, do Projeto Biotupé da UFAM, orientado pelo professor Edinaldo Nelson que facilitou nossa introdução nas comunidades, a partir de São João do Tupé.

Mesmo a quantidade de questionários sendo aproximadamente equivalente, a diversidade entre os sítios estudados explica as diferenças das características levantadas, como é o caso das atividades agrícolas. Se em 2008, 20% das pessoas entrevistadas afirmaram ter a agricultura como principal fonte de recursos, não é o caso em 2014, pois 100% das moradias declararam não produzir nem comercializar produtos agrícolas e animais. Observamos aqui uma situação contraditória entre as práticas de proteção

² Da Secretária Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt, da Gestora Fátima Pereira do Nascimento, da Coordenadora Socorro Monteiro e do piloto da lancha, Nelson. A implicação da SEMMAS na segunda fase da pesquisa DURAMAZ foi fundamental.

³ Na primeira fase do programa DURAMAZ, em 2008, a equipe contava com quatro pesquisadores franceses - dois geógrafos, uma antropóloga e um doutorando em Geografia (bolsista do projeto PIATAM), que efetuaram a aplicação dos 45 questionários em três comunidades: Julião, Central e São João do Tupé (ANDRADE, 2012). A pesquisa de campo foi completada por um estudo de mestrado da Universidade de Orléans (DORIOZ, 2009).

do meio ambiente e a vontade de fixar os habitantes na zona rural, pois as atividades agrícolas outrora incentivadas (abertura de lotes rurais na colônia Central e Agrovila no final dos anos 1990) diminuíram inexoravelmente. Dos 50 lotes agrícolas delimitados na Colônia Central, apenas 13 produtores subsistem em 2014.

Em geral, essa insignificância da atividade agrícola pode ser explicada tanto pela dificuldade em obter uma autorização para roçar, quanto pela falta de informação dos habitantes sobre os direitos do uso do solo. A mesma observação convém igualmente para a caça e a pesca. Se em 2008, 5% das famílias declararam caça e pesca como principais fontes de renda, em 2014, ninguém afirmou tais práticas.

Quanto aos equipamentos das casas, a principal diferença vem dos eletrodomésticos, tendo a geladeira como utensílio primordial. Apenas 25% possuíam geladeira, em 2008; em 2014, esse percentual passou para 75%, devido à chegada da rede elétrica (Programa Luz para Todos). Anteriormente, havia uso exclusivo de geradores a diesel, que não caíam em total desuso para suprir os frequentes cortes da eletricidade fornecida pela rede pública. Uma boa ligação elétrica foi uma reivindicação constante dos habitantes da RDS do Tupé; a rede elétrica chegou aos poucos: Agrovila e Julião, em 2009; Livramento, em 2011, monofásico; e finalmente, São João do Tupé, em dezembro de 2015. O impacto do desmatamento dificulta a realização das obras, tendo em vista que os traçados cortam a área florestal, sobretudo na parte ocidental no limite com o Parque Estadual Rio Negro. Mais uma vez, as obras de infraestruturas levantam a contradição entre equipamento do território, bem-estar das populações e proteção dos ecossistemas amazônicos.

		DURAMAZ 2 (2014)		DURAMAZ 1 (2008)	
		Nominal	Percentual	Nominal	Percentual
Entrevistados	Total de famílias	36	100%	45	100%
	Total de mulheres	17	46%	15	33%
	Total de homens	19	54%	30	66%
	Total de filho(a)s nos domicílios	140		109	
Tratamento da água	Poço artesiano			33	73%
	Tratamento manual	8	21%	3	7%
	Nenhum	3	8%	8	18%
	Filtro	3	8%	1	2%
	Água corrente	2	5%	0	0%
Eletricidade	Sim (rede elétrica)				
	TV	30	83%	40	89%
	Geladeira	27	75%	11	24%
	Fogão a gás	32	89%	40	89%
	Tanque / Máquina de lavar	17	47%	7	15%
	Parabólica	10	28%	Não perguntado	
	Celular	30	83%	31	69%
	Aparelho de som	17	47%	36%	
	Aparelho DVD	25	69%	23	51%
	Espingarda	4	11%	Não perguntado	
	Maq. Fotográfica	13	36%	Não perguntado	
	Outros	9	17%	16%	
	Computador	11	30%	Não perguntado	
	Renda média (em salários mínimos)		3,69		1,23
Renda média (nominal)		R\$ 2.522,50			

Dificuldades de acesso a saúde	Agricultura	0	0	9	20%
	Alocações sociais	13	36%	15	33%
	Serviços (inclui diárias)	12	33%	6	13%
	Salário	22	60%	NP	NP
	Extrativismo	0	0%	0	0%
	Aposentadoria	5	14%		
	Comércio	0	0%	8	18%
	Nenhuma			0	0%
	Formação dos agentes			NP	NP
	Falta de agentes / médicos			6	13%
	Falta de medicamentos			NP	NP
	Outros			5	11%
	Distância			34	75%
Preço			0	0%	

Tabela 1: comparação dos dados DURAMAZ, 2008/2014.

Fonte: Projeto DURAMAZ, 2015.

As beiradas do Rio Negro são construídas pelo movimento do grande rio que altera a configuração das praias, dos igarapés e dos lagos. A subida das águas dura mais de 200 dias e ocorre entre novembro e junho. A cheia do baixo Rio Negro é influenciada pela enchente do Rio Solimões que provoca seu represamento. A maior cheia registrada alcançou a cota 29,97 metros em junho de 2012, superando em 20 centímetros a outra cheia histórica do ano 2009 - 110 anos de medições no porto de Manaus – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). Ambas ocorreram depois de chuvas torrenciais que provocaram erosão, deslizamentos e desmoronamentos nas margens. A grande amplitude entre águas altas e baixas necessita adaptações nas habitações (flutuantes, palafitas) e nas atividades (modificação dos apontamentos). A circulação pode ficar difícil nos períodos de água baixa e, também, quando o vento cria o fenômeno de ondas curtas chamado banzeiro que atrapalha as travessias, tanto quanto as chuvas fortes.

A acessibilidade da RDS é exclusivamente fluvial; se os ribeirinhos possuem seus próprios barcos, mas também existem transportes coletivos operados pela cooperativa de aquaviários, Cooperativa dos Profissionais de Transporte Fluvial da Marina do Davi (COOP-ACAMDAF)⁴/AM.

Com 54 lanchas e 62 sócios, amplia a atividade de passeios turísticas e desenvolve ações coletivas, como a construção de barcos, de apontamentos flutuantes ou a triagem dos resíduos, pois a zona de atuação da cooperativa se situa na APA do Rio Negro. A profissão de aquaviário é cada vez mais regulamentada com um sistema de seguro; as embarcações devem ser registradas na Capitania dos Portos, sendo obrigatória a formação dos pilotos.

A situação fundiária incerta atrasa o plano de gestão

A regularização fundiária numa RDS deveria facilitar o reconhecimento dos direitos de uso dos recursos naturais e dos direitos de moradia para as populações do local. Entretanto, lacunas e contradições na

Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criam margem para ocupações e atividades irregulares. Há sete anos, o processo de regularização fundiária está tramitando entre os órgãos responsáveis pelas questões agrárias - o INCRA, o Instituto de Terras do Estado do Amazonas (ITEAM) e a SEMMAS, órgão gestor. Após a regularização, os moradores poderão assinar, juntamente com a Prefeitura Municipal de Manaus, através da SEMMAS, um contrato de direito real de uso. As situações de exceção, como é o caso das pessoas que possuem propriedade de veraneio na Reserva, entre outras, deverão ser analisadas pelo Conselho Deliberativo da RDS.

A dificuldade de obter a obrigatória CDRU de maneira coletiva⁵ e/ou individual, fica como ponto de bloqueio. Se por um lado a emissão da CDRU é fundamental para garantir a permanência das populações tradicionais

⁴ Com taxas diferenciadas que variam de acordo com as destinações, o trajeto para São João do Tupé custa o dobro do trajeto para Livramento.

⁵ A CDRU coletiva só é possível nas unidades de conservação que possuem associação constituída, o que é o caso da RDS Tupé (OLIVEIRA, 2009).

sem risco de expulsão, por outro lado a situação indefinida alimenta um mercado imobiliário livre e ilegal. O ideal seria estabilizar os direitos de uso, independentemente da regularização fundiária.

O que foi levantado na pesquisa de campo sobre essa situação fundiária bloqueada é que, oficialmente, ninguém pode vender nem comercializar e, no entanto, isso sempre acontece. A SEMMAS tenta “orientar para não vender” lotes e casas, mas está sem poder para interditar; ela sublinha a dificuldade de aplicar todas as regras de uso. A figura do Agente Ambiental Voluntário (AAV) seria de grande apoio, mas faltam voluntários, pois o sistema de remuneração não está decidido e tampouco, os canais de comunicação. A fim de evitar conflitos, a população pode sinalizar para o fiscal do Estado os extratos clandestinos de madeira, areia, pedra, peixes ou animais. Existe uma desconformidade entre os instrumentos de gestão ambiental e as comunidades que praticam atividades tradicionais, o que gera inevitáveis conflitos ambientais (SCHWEICKARDT, 2001).

População flutuante e biresidência

A RDS do Tupé, nos seus 12 mil hectares, é ocupada por seis comunidades e tem uma população (entre fixa e eventual) que flutua entre 2.000 e 4.000 pessoas. Uma população caracterizada pelo grande número de habitantes “eventuais”, segundo o sistema da dupla residência; RDS/cidade de Manaus (MARCHAND, 2012) agrupada em seis comunidades de tamanhos diferentes com concentrações mais importantes nas sedes de Livramento, Agrovila, Julião e São João que totalizam mais de 400 habitantes. As habitações dispersas no meio rural ficam sempre mais difíceis de serem inventariadas, sendo muitas delas fechadas. Na comunidade mais distante do rio, Colônia Central, muitos lotes agrícolas estão sendo abandonados. O problema da contagem dos habitantes ficou ainda mais complicado entre o inventário de 2006 e a situação atual por causa do crescimento elevado da população, devido a uma migração periurbana acentuada.

Comunidades	Lotes georreferenciados	Lotes ocupados eventuais	População estimada 2006	População estimada 2014
Agrovila	238	124	400	600
Julião	174	65	350	450
Livramento	387	168	500	700
Central	30	24	50	50
São João Tupé	136	65	300	400
Tatulândia	55	10	55	100
RDS Tupé	1.020	456	1.655	2.400

Tabela 2: Formas de ocupação dos lotes na RDS, segundo o levantamento de 2006.

Fonte: Redes do Tupé, 2009.

O importante inventário de 2006 (REDES/UFAM/SEMMA)⁶ apresenta a realidade socioespacial da RDS em um documento inédito e precioso com dados sistematizados e georreferenciados por lotes⁷, em um Sistema de Informação Geográfica (SIG).

Alguns anos mais tarde (entre 2008 e 2010), uma outra pesquisa universitária solicitada pelo Projeto Biotupé, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC), aplicou uma série de questionários e organizou oficinas com a população e no final apresentou o cálculo de um Índice de Qualidade Socioambiental (IQSA). A principal conclusão aponta que as condições de habitabilidade estão melhorando apesar de ter populações confrontadas a uma série de dificuldades para se estabilizar (MARIOSIA, 2014).

A maneira de morar na zona rural da RDS é mais difícil de ser inventariada. Apesar de inúmeros levantamentos no campo, os dados estatísticos ficam imprecisos, não batem, pois, a mobilidade caracteriza o ribeirão que vive de maneira tradicional e sazonal de pesca, de caça

⁶ Realizado no contexto da preparação do Plano de Manejo.

⁷ Os lotes são geralmente pequenos e podem corresponder aos terrenos não ocupados, mas reconhecidos como "ser de alguém". Os maiores lotes geométricos, de 15 a 20 hectares, de central e agrovila, foram delimitados como loteamentos agrícolas.

(peles) ou de produção de carvão vegetal (NASCIMENTO; AGUIAR, 2009). Além desses ribeirinhos, há os “neo-rurais”, trabalhadores manauenses que procuram habitações mais baratas e segurança maior; existem também lotes ocupados por cidadãos que vêm passar os finais de semana confiando as casas nas mãos de caseiros (SANTOS-SILVA; SCUDELLER, 2009). Esses diversos tipos de habitantes expõem mensagens contraditórias, (preservação ambiental e extensão dos lazeres cidadãos). Muitos deles aderem aos valores urbanos, como testemunha o debate sobre a chegada da rede elétrica. A população anseia por projetos duradouros e mais permissivos e como eles dizem: “o desenvolvimento sustentável teria que ser mais livre”.

A RDS não tem, *a priori*, problema a respeito dos limites; no entanto, existe uma sobreposição com a APA da Margem Esquerda do Rio Negro, Setor Tarumã-Açu-Tarumã-Mirim⁸, no território de Livramento, o que poderia provocar um conflito de competências entre as esferas estadual e municipal. De fato, a comunidade de Livramento poderia ativar as divergências entre as instituições-mãe para se autonomizar mais; e alguns residentes reclamaram das exigências impostas pela SEMMAS (reunião da associação moradores, em 23/11/2014).

É certo que a proximidade da cidade influencia a dinâmica local, prefigurando uma possível inclusão na zona urbana, entretanto a periurbanização em uma área protegida segue outras modalidades e será encarada a partir do prisma dos três aspectos da sustentabilidade: econômico, social e ambiental.

As dinâmicas da periurbanização

Todas as dinâmicas econômicas, sociais e ambientais estão sendo impactadas e aceleradas pela atração metropolitana. Além desse fenômeno, muitas das experiências de sustentabilidade observadas em 2008, não prosperaram por causa de elementos tanto internos quanto externos, pela

⁸ A APA foi instituída em 1995 com 56.793 hectares. Naquela área, o INCRA já tinha criado, em 1992, o Projeto de Assentamento Tarumã-Mirim, na gleba Cuieiras/Tarumã de 42.910 hectares, com 1000 lotes. 6700 hectares já foram desmatados e a queima da madeira para produção de carvão é importante (COSTA et al., 2011).

falta de acompanhamento dos órgãos públicos e por causa da precariedade dos recursos financeiros que não permitiram dar continuidade aos projetos iniciados. A introdução de novas atividades precisa ser acompanhada sistematicamente durante um longo período para se enraizar no cotidiano das pessoas. No caso da RDS, os projetos de sustentabilidade incluíam uma forte dimensão comunitária e exigiam boas práticas coletivas; mas, de fato, muitas decisões foram tomadas longe das comunidades (*top down*) e com circuitos administrativos e políticas opacas e complexas. O peso das medidas burocráticas foi muitas vezes invocado como obstáculo ao desenvolvimento dos projetos de âmbito local.

Para a maioria das pessoas, "viver em comunidade" significa buscar melhorias e sustentar bem sua família, "é mais confortável viver na comunidade do que estar na cidade". No entanto, se pela organização comunitária os residentes conseguem benesses, eles acham também necessário serem mais numerosos para ser melhor ouvidos: "precisamos de urbanização" para sair do isolamento. Como resolver essa contradição e evitar tornar-se um bairro de Manaus? Alguns equipamentos urbanos contribuam mais do que outros; o papel do campo de futebol foi destacado como um elemento integrador com a organização de torneios com as comunidades vizinhas (AGUIAR, 2007). Outro exemplo citado, foi de formar um grupo de pressão eleitoral; a partir de 100 eleitores, pode-se obter uma urna e, nesse caso, a comunidade pesa mais, "os políticos estão interessados em nós".

Práticas coletivas e serviços sociais em andamento

Em 2014, os presidentes das associações de moradores de São João do Tupé e de Livramento, senhora Rosa e senhor Paulo, recebem aposentadorias e voltaram a morar na RDS depois de ter exercido um trabalho assalariado na cidade. Eles reclamam da dificuldade de exercer a tarefa de coordenação e representação de maneira benevolente. A senhora Rosa lembra que existe o estatuto de agente comunitário que reconhece a função; esse papel de intermediação pode ser exercido também por uma aliança com um vereador. A

comunidade, através de reuniões e projetos, visa melhorar as situações locais e obter serviços urbanos do município, como a passagem regular do barco de coleta de lixo. Assim, as associações desempenham um trabalho em nível local reconhecido pelos moradores.

A implantação das escolas participou da agregação das famílias e da constituição das comunidades. Cada uma delas possui uma escola que funciona entre os meses de janeiro até final de outubro, quando o nível do rio fica baixo. A escola de São João do Tupé tinha, em 2014, 75 alunos do ensino elementar e sete professores (todos eles de Manaus). Existe um projeto para inclusão do ensino médio muito almejado pela população, um anseio frequentemente repetido por pais de crianças e jovens em idade escolar para evitar o deslocamento até Manaus.

A adesão a um grupo religioso constitui outra dimensão importante da dinâmica social reforçada pela proximidade com a cidade. Os católicos e evangélicos constroem uma identidade de grupo, as pessoas se identificam com uma das igrejas e participam das várias manifestações religiosas (cultos, missas). O pertencimento religioso expressado é mesmo reivindicado, sobretudo pelos adeptos das igrejas evangélicas, movimento em plena expansão. A ligação a uma religião representa um elemento atrativo para os habitantes, pois o fato de fazer parte de uma comunidade formada pela solidariedade que assiste em caso de necessidade transmite uma sensação de segurança. As associações religiosas funcionam como uma espécie de cimento social. Em São João do Tupé, existe um centro financiado por ONGs estrangeiras que acolhe e forma jovens, segundo uma linha chamada “Radical Amazônia”, a qual manda missionários para as comunidades ribeirinhas da região.

A questão da saúde não está plenamente resolvida; os serviços existem, mas sem autonomia e o acesso aos remédios é precário e insuficiente. É possível se tratar em um posto de saúde e a visita do barco do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), com os médicos especializados que fazem o atendimento no local uma vez por mês. Não resolve muitos problemas de doenças; a população diz que se considera abandonada. Além dessa precariedade, o envelhecimento populacional exige outros cuidados

que também não são supridos. As casas de saúde funcionam de maneira precária com atendimento irregular, sem autonomia e com funcionários sem a qualificação necessária.

Para o desenvolvimento de projetos de responsabilidade socioambiental, a SEMMA começa a considerar importantes os intercâmbios com grupos do setor privado, iniciativas facilitadas pela proximidade do Distrito Industrial de Manaus. Assim, um grupo de colaboradores da *Samsung*, junto à Associação dos Moradores da Comunidade São João do Tupé, financiou uma sala de informática na escola da comunidade que disponibiliza aos professores, estudantes e à população local, computadores (com acesso à internet) e impressoras. Na comunidade Julião, executivos da multinacional Seagate, fabricante norte-americana de *hard disk drive* (HDD), participaram de atividades coletivas, na Escola Municipal, mostrando aos alunos a importância do armazenamento de dados e doaram material de construção ao Grupo de Mulheres do Julião para a nova cozinha coletiva de tratamento da produção de polpa, geleia e bombons de cupuaçu⁹. Outros equipamentos são frutos de cooperação internacional, como a construção de poços artesianos nas comunidades de Julião e Agrovila, resultados de um convênio entre o Consulado Geral do Japão e a Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seminf)¹⁰ de Manaus. No início de 2014, 300 famílias tinham a possibilidade de ter água potável pagando somente a ligação domiciliar.

Ajustes ambientais

Os ajustes ambientais são constantes e os projetos que foram apresentados em 2008 como solução sustentável acabam sendo fragilizados:

⁹ Verificou-se que seis quilogramas de polpa e cerca de duas horas de trabalho na cozinha renderam 48 potes (250 miligramas) de doce e 48 potes de geleia ou então 720 balas, gastando-se cerca de 18 horas. Uma atividade a incentivar seria o beneficiamento da semente (SCUDELLER, 2009).

¹⁰ No total, foram investidos R\$ 204.000,00 na construção dos dois poços, a maior parte dos recursos, R\$ 194.000,00, foi doada pelo Consulado Geral do Japão e, R\$ 10.000,00 saíram dos cofres municipais.

✓ Piscicultura: das 12 famílias envolvidas na fase do lançamento, apenas duas continuam praticando essa atividade de venda de peixe; e somente de maneira pontual, aproximadamente uma vez por ano;

✓ Atividade praieira: das 10 famílias envolvidas, somente três continuam essa atividade, apesar de ter elaborado um termo de concessão de uso das barracas instaladas. O turismo de praia, outrora próspero em São João do Tupé, parece iniciar um declínio por várias razões, dentre elas: a falta de conhecimento do meio hidrográfico e das enchentes do Rio Negro, que levou à destruição de barracas de praia construídas com materiais inadequados (ferro e tijolos); essas estruturas não resistiram a duas enchentes e os barraqueiros se desestimularam. Além disso, a abertura da ponte sobre o Rio Negro (2011) favoreceu a frequência das praias da margem direita do Rio Negro acessíveis de carro, tornando o trajeto mais econômico.

Algumas medidas de políticas ambientais estão se ajustando e a legislação está evoluindo, com a recategorização e redelimitação de áreas de UC. Assim, a criação, em março de 2014, de uma nova RDS de 76.936 hectares, vizinha do Tupé, foi apresentada como uma vitória das comunidades indígenas e ribeirinhas residentes na área desde antes da criação do Parque Estadual (PAREST) do Rio Negro, em 1995. Após anos de impasse nas negociações com o INCRA e a Marinha do Brasil para o repasse das terras ao domínio estadual, a única UC criada nesses últimos anos pelo Governo do Estado do Amazonas foi decretada sem a completa resolução desses impasses.

Para reafirmar a prioridade das políticas ambientais, a área do Tupé se encontra inserida numa superposição administrativa de escala maior ainda: o Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro (MBRN), criado em 2010, com 7,5 milhões de hectares, a fim de coordenar as ações nas 11 UCs. Esse mosaico faz parte da Reserva da Biosfera (RB) da Amazônia Central, inserida no Corredor Central da Amazônia (CCA), maior APA do mundo.

O uso dos produtos tradicionais oriundos de recursos locais se rarefaz cada vez mais. Estão diminuídos também os recursos e as práticas piscícolas e cinegéticas, dados confirmados por um estudo da fauna silvestre na comunidade de São João do Tupé. Segundo as declarações, muitas espécies animais se

tornaram raras ou desaparecidas, entre elas, o pirarucu (*Arapaima gigas*), a anta (*Tapirus terrestris*), o peixe boi (*Trichechus inunguis*) e o tambaqui (*Colossoma macropomum*) foram os mais citados (MARCHAND, 2014). Se, de um lado, a adoção de comportamentos quase periurbanos e o abandono de algumas atividades tradicionais parecem favoráveis à recuperação da floresta, de outro lado, essas dinâmicas provocam um enfraquecimento da cultura local e os paradoxos continuam, pois se os habitantes ainda comem peixes quase todo dia, os produtos locais de caça estão mais raros e a comida proteica mais difundida, na Amazônia, hoje é o frango congelado que vem do sul do Brasil, fenômeno reforçado pelo Programa Bolsa Família (SCHOR, 2014).

Em 2008, a regularização fundiária, o controle para evitar a entrada de novos moradores, o combate à extração de madeira, caça e pesca ilegais e a recuperação de áreas degradadas eram os principais desafios da gestão da Unidade. Em 2014, as prioridades mudaram com a promoção de novos projetos coletivos incentivando atividades empreendedoras, porém as questões da regularização fundiária e do controle de novos habitantes ficam pendentes.

Turismo verde

Após o declínio do lazer praieiro pouco ecológico, a prioridade é dada as formas de turismo respeitosos da natureza que atrai pequenos números de turistas querendo conhecer a vida ribeirinha e a natureza amazônica, isto é, turismo verde ou ecoturismo depende de programas nacionais ou de ONGs, como o Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), em parceria com o WWF Brasil (NELSON, 2012). As ações foram desenvolvidas com três grupos de atores: o trade turístico composto por empresas que atuam no turismo na região, os gestores das UCs e as comunidades. Um código de conduta para o Baixo Rio Negro foi elaborado, oficinas de sensibilização e de visitação foram oferecidas e o papel da população local reafirmado¹¹. O futuro da atividade de

¹¹ 120 certificados do Programa de Qualificação do Segmento Turístico, da Prefeitura de Manaus, foram entregues em novembro de 2014 aos moradores das seis comunidades da RDS Tupé.

turismo e lazer é visto de forma unânime pelos entrevistados com expectativa a continuidade das atividades e com suporte efetivo da gestão comunitária (PEIXOTO, 2013).

Na RDS Tupé, algumas etnias originárias do Alto Rio Negro se organizaram em prol de um projeto comum, o turismo indígena¹². O desejo de integração e a busca por uma fonte de renda regular, conduz as famílias migrantes a se instalarem de forma definitiva, mais perto das cidades. Em São João do Tupé, enquanto em 2008 apenas duas famílias animavam o turismo local, em 2014, o núcleo conta com seis moradias, ou seja, seis famílias originárias de quatro etnias diferentes (Dessano, Tukano, Tuiuka, Makuna) que participam da reconstrução étnica, a fim de oferecer aos turistas alguns conhecimentos tradicionais. Na maloca cultural, os turistas assistem a um ritual de danças e músicas e podem comprar artesanatos feitos de produtos locais.

Empresas de turismo ligadas ao hotel de selva *Amazon Jungle Palace* enviam turistas para o povoado, onde escolhem um pacote adaptado às suas vontades: ficar na maloca, fazer uma trilha florestal, passar o dia na aldeia indígena. Segundo as observações no campo em 2014, o empreendimento da maloca e seu entorno parece ser a opção mais dinâmica e sustentável de turismo verde da RDS. Ele funciona de maneira autônoma, independente dos projetos e subsídios governamentais.

Na comunidade do Livramento, a situação é diferente. Existem representantes de mais de 15 povos indígenas do Rio Negro, a população indígena Baré sendo a mais numerosa, mas sua dinâmica parece em recesso. A maloca está em reforma e parece ser usada de modo ocasional. Segundo relatos, existiram conflitos entre as famílias envolvidas na recepção dos turistas. Nas entrevistas, as informações coletadas fazem menção a uma atrelação entre o movimento indígena local e alguns políticos de Manaus. Esse fato desarticulou a comunidade, uns estavam pela ligação política e outros contra ela.

¹² A criação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), em 1989, foi o ponto de partida para uma revitalização étnica e do movimento de defesa dos direitos dos povos indígenas ao longo do Rio Negro (GARNELO, 2003).

O Turismo de Base Comunitária (TBC) está sendo apresentado desde 2010 como uma das alternativas de uso público das áreas protegidas, favorecendo a sustentabilidade ambiental e a valorização cultural no acolhimento de turistas nas casas dos moradores e com pratos feitos de produtos locais: tucupi, beiju, farinha, abacaxi, mamão. A análise socioeconômica de duas comunidades da RDS Tupé mostra como o acesso ao mercado do turismo é desafiador para as comunidades e economicamente difícil, mesmo sendo sempre apresentado como uma opção virtuosa do desenvolvimento sustentável (PORTO, 2014). É certo que mobiliza do nível da União até o municipal, dos universitários às ONGs e representa um passo a mais no caminho do empresariado socialmente responsável com uso sustentável dos recursos naturais, culturais e humanos (CODA et al., 2011). Entretanto, nos primeiros resultados na região de Manaus muitas das atividades ecoturísticas parecem precárias e dependentes das dinâmicas sociais e da conjuntura econômica do país.

Perspectivas

A RDS Tupé representa um desafio na aplicação e na adoção de programas sustentáveis voltados para a preservação das florestas e das populações ribeirinhas na área de influência de uma metrópole. Todas as contradições entre o modo de vida rural perto da natureza e a necessidade de melhorar o cotidiano dos residentes e a acolhimento dos visitantes tecem dificuldades no caminho do desenvolvimento sustentável. Avanços foram constatados entre as pesquisas DURAMAZ, nos anos de 2008 e 2014, sobretudo em relação à percepção e aplicação da mensagem da proteção da natureza, o problema está ligado à rentabilidade das atividades. A população indaga o poder público, insistindo sobre a coerência dos desafios para resolver as questões produtivas, agrícolas, extrativistas, energéticas e turísticas.

Nesse sentido, de um lado, a cidade produtora de renda, riqueza e cultura, tem o seu poder forte de atração; do outro lado, a RDS oferece melhor quadro de vida na autenticidade amazônica. Seria nas combinações dos ativos de cada meio e, segundo as diversas escalas, que poderiam tecer

trajetórias de sustentabilidade suscetíveis de partilhar uma visão do futuro para a maioria da população com desafios como baratear o custo do transporte para facilitar os intercâmbios. O futuro do periurbano não está escrito; depende da dinâmica local, das políticas reguladoras, das parcerias público/privado, da governança partilhada. Uma RDS, na periferia da metrópole, representaria um tipo de peri-urbanidade agri-natural ou neo-rural mais sustentável possível; oferecendo produtos de qualidade, certificados, e seria um peri-urbano propondo soluções originais de preservação da floresta, dos rios e igarapés, com a população local.

RDS Tupé		
Área		
Região	Baixo Rio Negro, periferia de Manaus.	
Estatuto legal	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).	
Vegetação	Várzea, floresta ombrófila.	
Acesso	Fluvial.	
Comunidade estudada	Agrovila, Julião, São João do Tupé.	
Atividades econômicas principais	Turismo, agricultura de subsistência, pesca.	
Aposta de sustentabilidade	Ecoturismo.	
Equipe de campo	Martine Droulers, Cinthia Moreira de Carvalho Kagan - CREDA Paris; Larissa dos Anjos, Juliana Alves, Italo Roberto, Roberto Lessa Epifânio – UEA - Manaus.	
<i>Características do sítio</i>		
	DURAMAZ 1	DURAMAZ 2
Área desmatada	24.8 %	25 %
Moradias pesquisadas	45	36
Número médio de filho por família	2.11	4
<i>Condições de vida</i>		
Acesso à rede elétrica 24hs	86.7 %	40 %
Acesso à água encanada/tratada	0 %	50 %
Custo médio para ir à cidade (R\$ ida e volta)	-	59
<i>Renda e nível de vida</i>		
Renda média (salários mínimos)	1.23	3.69
Pessoas com meio de transporte motorizado	93.2 %	77.8 %
Pessoas com telefone celular	68.8 %	83.3 %
<i>Modo de vida</i>		
Pessoas que costumam caçar	40 %	13.9 %
Pessoas que costumam pescar	73.3 %	50 %

Tabela 3: Síntese dos indicadores para o sítio RDS Tupé.

Fonte: Projeto DURAMAZ, 2015.